



VILAREALSTºANTONIO

¹
D. Pereira
M

ATA Nº. 24/2017

Ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia **31 de outubro de 2017**.

Aos trinta e um dias do mês de outubro de 2017, em Vila Real de Santo António, na Sala Marquês de Pombal da Casa da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente a Excelentíssima Sra. Presidente, **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, comigo, **Ana Teresa Roberto da Palma Guerreiro**, Chefe da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, compareceram, pelas 09.00 horas, os Srs. Vereadores **Luis Miguel Guerreiro Romão**, **Carla de Fátima Leiria Sabino Viegas**, **Rui Carlos Piloto Pires**, **Cristina Nogueira Mira** e **Álvaro Filipe Madeira Leal**, a fim de se realizar a reunião extraordinária a que se refere o artigo 41.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

Não tendo comparecido no ato de instalação deste órgão realizado no dia 17 de outubro de 2017, compareceu para de conformidade com o disposto no artigo 60º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs. 5-A/2002, de 11 de janeiro, 77/2007, de 31 de dezembro, proceder-se à tomada de posse do Senhor **António Maria Farinha Murta**, cidadão eleito para aquele Órgão do Município.

Verificada a legitimidade e identidade do eleito, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, declarou-o investido nas suas funções, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

²
superior
A

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- ATRIBUIÇÃO DE FUNDOS PERMANENTES;
- PEDIDO DE DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA DR. JOSÉ GUIMARÃES Nº 26, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - REQUERENTE: RUI MIGUEL DA COSTA LEITE;
- PEDIDO DE DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA DR. ANTÓNIO PASSOS Nº 56, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - REQUERENTE: CRISTINA MARIA DOS SANTOS BAPTISTA FARINHA;
- EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA - IMÓVEL INSERIDO NA ZONA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO Nº 1, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - REQUERENTE: CECÍLIA MARIA DE SOUSA TRAVASSOS ANDRADE;
- EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA CONFERIDO AO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - RUA GONÇALO VELHO, N.º 37, EM MONTE GORDO - REQUERENTE: JÚLIO DA ROSA FERNANDES
- PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE - LOCAL: SÍTIO DAS VÁRZEAS - CORTE ANTÓNIO MARTINS, EM VILA NOVA DE CACELA - REQUERENTE: VERA ISABEL DOS SANTOS FERNANDES;
- REFORÇO DE VERBA NO APOIO A CONCEDER À ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA MÃO AMIGA.

3
Adene

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

ATRIBUIÇÃO DE FUNDOS PERMANENTES.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta, Cristina Mira e Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, documento que constitui parte integrante da ata, no sentido de ser autorizado a atribuição de fundos até ao final de 2017, tendo em consideração o estabelecido no n.º 2.3.4.3. do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, bem como os n.ºs 1 e 2 do artigo 16 do Regulamento de Controlo Interno, aprovado em reunião ordinária de 14 de dezembro de 2007:

1. A atribuição de um fundo permanente no valor de 2000€ (dois mil euros) à Dr.ª Ana Teresa Roberto Palma Guerreiro, no âmbito das funções desempenhadas como Chefe de Gabinete, destinados a fazer face a despesas imprevisíveis e em que o seu não pagamento possa comprometer o bom funcionamento do Município na classificação orçamental 01.02.02.01.21, ficando à responsabilidade da mesma.
2. A atribuição de um fundo permanente no valor de 1.000,00€ (mil euros) à Dr.ª Paula Cristina Leal Horta, no âmbito das funções desempenhadas na Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, destinado a fazer face a despesas correntes imprevisíveis em que o seu não pagamento possa comprometer o bom funcionamento administrativo do Município, ficando à responsabilidade da mesma.

4
reduzido
A

3. A atribuição de um fundo permanente no valor de 1.000,00€ (mil euros) à Eng.ª Vanda Sofia Cipriano Palma, no âmbito das funções desempenhadas na Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, destinado a fazer face a despesas decorrentes de inspeções e reinspeções de veículos, combustível em postos de abastecimento fora do programa de frota e portagens de veículos sem via verde, ficando à responsabilidade da mesma.
4. A atribuição de um fundo permanente no valor de 2.000,00 € (dois mil euros) à Eng.ª Vanda Sofia Cipriano Palma, no âmbito das funções desempenhadas na Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, destinados a fazer face a despesas imprevisíveis e em que o seu não pagamento possa comprometer o bom funcionamento do Município na classificação orçamental 01.02.02.02.25.03, ficando à responsabilidade da mesma.
5. A atribuição de um fundo permanente no valor de 1.000,00€ (mil euros) à Dr.ª Hélia Marina Mestre Valente da Costa Gonçalves, no âmbito das funções desempenhadas na Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, destinado a fazer face a despesas decorrentes de custas em processos judiciais e em virtude da sua natureza, o pagamento tem que ser efetivado no próprio ato, ficando à responsabilidade da mesma.
6. A atribuição de um fundo permanente no valor de 500,00€ (quinhentos euros) à Dr.ª Sandra Isabel Rodrigues do Carmo, no âmbito das funções desempenhadas na Divisão de Educação e Juventude, destinado a fazer face a despesas correntes imprevisíveis em que o seu não pagamento possa comprometer o bom funcionamento administrativo do Município, ficando à responsabilidade da mesma.

5
Diabene
Xy

PEDIDO DE DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA DR. JOSÉ GUIMARÃES Nº 26, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - REQUERENTE: RUI MIGUEL DA COSTA LEITE.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação do Prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 2316, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 68 m², com a área total de 72 m², destinado a habitação, localizado na Rua Dr. José Francisco Guimarães, n.º 26, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da informação jurídica, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PEDIDO DE DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA DR. ANTÓNIO PASSOS Nº 56, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - REQUERENTE: CRISTINA MARIA DOS SANTOS BAPTISTA FARINHA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação do Prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 736, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 72,22 m², com a área total de 78,14 m², destinado a habitação, localizado na Rua Dr. António Passos, n.º 56, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da informação jurídica, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

6
Subscrito
X

EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NA ZONA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO Nº 1, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - REQUERENTE: CECÍLIA MARIA DE SOUSA TRAVASSOS ANDRADE.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação do Prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 3197, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 150 m², com a área total de 291 m², destinado a habitação, localizado na Rua General Humberto Delgado, n.º 1, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da informação jurídica, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA CONFERIDO AO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - RUA GONÇALO VELHO, N.º 37, EM MONTE GORDO - REQUERENTE: JÚLIO DA ROSA FERNANDES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação do edifício térreo com quintal, descrito sob o número 1864 na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 213, de construção anterior a 1951, documento que constitui parte integrante da presente ata.

7
Adene

PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE - LOCAL: SÍTIO DAS VÁRZEAS - CORTE ANTÓNIO MARTINS, EM VILA NOVA DE CACELA - REQUERENTE: VERA ISABEL DOS SANTOS FERNANDES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de dar parecer favorável ao pedido da constituição de compropriedade em comum da parte rústica do prédio misto, localizado no Sítio das Várzeas – Corte António Martins, freguesia de Vila Nova de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António, com a área total de 3140,00 m², descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o n.º 1434/19901002, inscrito na respetiva matriz rústica sob o n.º 43, Seção R e matriz urbana sob o artigo 7936, na proporção de 1/2 a favor Christine Rodrigues Santos e 1/2 a favor de David Rodrigues, com fundamento no teor da informação da Divisão de Urbanismo e Espaço Público, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

REFORÇO DE VERBA NO APOIO A CONCEDER À ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA MÃO AMIGA.

- O Vereador António Murta interveio no sentido de fazer referência aos apoios da Mão Amiga servirem para apoiar pessoas do Município. Referiu ainda que os apoios têm servido para colocar pessoas a trabalhar no Município sem qualquer vínculo. O Sr. Vereador questionou sobre a eventual entrega de envelopes a esses munícipes que prestam serviços ao Município.

8
Adriane
X

- A Sra. Presidente deu conhecimento do Relatório da Direção ano de 2016 e Programa de Ação 2017 da Associação de Beneficência "Mão Amiga", documentos que ficam apensos no final da ata.

A Sra. Presidente informou que todas as pessoas que trabalhavam na Associação Mão Amiga tinham contrato de trabalho e que os mesmos já terminaram. Apenas se encontram a concluir contrato de trabalho os trabalhadores afetos à Casa do Avô.

A Vereadora Cristina Mira pediu que lhe fosse entregue cópia do acordo de cooperação celebrado com a Mão Amiga, pois não conseguiu encontrar os mesmos nos documentos do anterior executivo. Referiu ainda que por diversas vezes a bancada do Partido Socialista pediu tal documento e nunca lhes foi dado.

A Sr.^a Presidente informou que o texto do acordo de cooperação está em anexo à proposta que o aprovou pois, não poderia nunca ser o mesmo aprovado sem submissão da minuta a aprovação da câmara municipal.

O Vereador Álvaro Leal acrescentou que, o que ficou acordado no mandato anterior foi solicitar à Associação Mão Amiga que fizesse entrega junto da câmara municipal do relatório de contas do ano de 2016, documento que não foi entregue.

A Sr.^a Presidente ditou para a ata que fosse efetuado um pedido à Associação Mão Amiga a fim da mesma entregar um relatório de contas e com referência aos apoios dados pelo Município.

O Vereador António Murta referiu que todos os clubes e associações têm que prestar contas ao Município em relação a todos os apoios dados por esta entidade. O Município, por sua vez, tem que pedir esses relatórios a todas as associações e clubes apoiados.

9
Duarte
X

= Pela Sra. Vereadora Cristina Mira e subscrita pelo Sr. Vereador António Murta, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“Sem sequer pôr em causa a enorme importância da Instituição particular de solidariedade social “Mão Amiga”, na melhoria da qualidade de vida dos munícipes, constata-se que a presente proposta de reforço de verba a conceder, no valor de setenta mil euros, não se encontra devidamente fundamentada ou acompanhada de qualquer relatório ou esclarecimentos que justifique esse reforço.

Acrescido do facto de há escassos três meses, 18 de julho de 2017, foi aprovado em reunião de Câmara uma proposta de atribuição à mesma instituição um reforço de trezentos mil euros.

Não se pode também de deixar de mencionar que já no passado, em reuniões de Câmara foi solicitado o acesso ao Acordo de Cooperação celebrado entre a mesma associação e o Município.

Até à presente data, não teve a oposição acesso a tal informação, encontrando-se esta Câmara Municipal em violação do estatuto do Direito de Oposição, nomeadamente o artigo 4º., onde é clara que tal informação deve ser prestada diretamente e em prazo razoável.

Não se encontra assim assegurado às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática, de acordo com o artigo 114, nºs. 2 e 3 do CRP.

Propõe-se assim que a presente proposta seja retirada e voltada a discutir quando acompanhada da informação pertinente.”

10
subscrito
A

Colocada à votação a proposta dos Vereadores do Partido Socialista, foi preterida a sua aceitação com os votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires, os votos favoráveis dos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, e a abstenção do Sr. Vereador Álvaro Leal.

= Permanecendo para votação a proposta inicial da Sra. Presidente, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenções dos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, autorizar o reforço do apoio monetário a conceder à Associação de Beneficência Mão Amiga, no âmbito do acordo de colaboração celebrado para o ano de 2017, entre o Município e a Associação, no montante de 70.000€, com fundamento no teor do Relatório da Direção ano de 2016 e Programa de Ação 2017 da Associação, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal, foi formulada a seguinte declaração de voto: "Voto favoravelmente a presente proposta, aguardando, no entanto, a entrega do relatório de atividades e relatório de contas da Associação Mão Amiga."

71
subscrito

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Presidente declarada encerrada a reunião, pelas nove horas e quarente minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, Ana Teresa Benseñ _____, Chefe da Divisão Jurídica e Recursos Humanos a redigi, subscrevo e assino.

Ana Teresa Benseñ

Mam de Am C/Am Gith



VILAREALSTºANTONIO

12
Santos
A

TERMO DE POSSE

-----Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezassete, nesta Cidade de Vila Real de Santo António, e na sala Marquês de Pombal da Câmara Municipal, perante MARIA DA CONCEIÇÃO CIPRIANO CABRITA, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, e no decorrer da reunião extraordinária do órgão Câmara Municipal, procedeu-se à tomada de posse do eleito abaixo identificado, dada a falta justificada à instalação do presente órgão do Município, no passado dia 17 de outubro de 2017, ao abrigo do artigo sessenta número três da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, sessenta e sete barra dois mil e sete, de trinta e um de dezembro, Lei Orgânica número um barra dois mil e onze de trinta de novembro e Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro: -----

-----Eleito pela lista pertencente ao PS - Partido Socialista

----ANTÓNIO MARIA FARINHA MURTA, de 68 anos de idade, portador do Cartão de Cidadão número 01119095, emitido pelo Estado Português, válido até 21/08/2021, filho de António Gonçalves Murta e de Maria José Farinha Murta, natural da Freguesia de Santo Agostinho, Concelho de Moura e residente em Vila Real de Santo António.-----

-----Verificada a legitimidade e identidade do eleito António Maria Farinha Murta, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, declarou-o investido nas suas funções.

MARIA DA CONCEIÇÃO CIPRIANO CABRITA

(na qualidade de Presidente da Câmara Municipal)

ANTÓNIO MARIA FARINHA MURTA

